

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

## PROJETO DE LEI Nº 4333, DE 2001

Altera a redação do inciso I do art. 142 do Código Penal - Decreto-Lei nº 2.848, de 2 de dezembro de 1940.

**Autor:** Deputado José Roberto Batochio

**Relator:** Deputado Alceu Colares

### I - RELATÓRIO

Mediante a Proposição supranumerada, o nobre autor pretende alterar a redação do inciso I do art. 142 do Código Penal - Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que cuida de excluir de crime a ofensa pronunciada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador. Pretende o projeto acrescentar as expressões “inclusive em relação aos juízes, promotores, partes e serventuários da justiça.

Ao Plenário da Casa compete a apreciação final da matéria.

A esta Comissão de Constituição e Justiça e de Redação compete a análise de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

É o Relatório.

### II - VOTO DO RELATOR

Inexiste vício de natureza constitucional, de juridicidade ou de técnica legislativa.

No mérito, cremos deva ser aprovada a alteração proposta.

A princípio poderia parecer despicienda a Proposição.

O comando estatuído no artigo 142 do Código Penal, embora não tenha necessidade de ser explicitado, uma vez que não faz distinções sobre qual sujeito passivo deva incidir, a verdade é que não vem sendo aplicado corretamente pelo Judiciário.

Inúmeros são os julgados que excluem a incidência deste dispositivo, quando a parte ofendida é o juiz da causa. Todavia o tipo permissivo não faz nenhuma restrição quanto à pessoa ofendida.

É necessário, pois, esclarecer o sentido legal da excludente de ilicitude com relação ao juiz da causa. Nada melhor do que uma *interpretação autêntica* para dirimir qualquer divergência jurisprudencial a respeito. Cremos ser este o escopo da Proposição.

Se a ofensa foi pronunciada na discussão da causa, não pode o Judiciário negar vigência a este dispositivo, sob pena de se infringir a própria Constituição Federal, que assegura .a sua inviolabilidade no exercício da profissão, mas nos limites da lei.

É de ser aprovado, pois, o presente projeto.

Pelo exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.333, de 2.001.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2001 .

Deputado Alceu Colares  
Relator